

revista

poli

saúde
educação
trabalho

Ano VI — N.º. 32 — jan./fev. 2014



Impresso
Especial
9912232122 DR/RJ
Fundação
Oswaldo Cruz
CORREIOS

Qualificação em massa: que formação para que emprego?

ENTREVISTA

David Harvey fala sobre
os limites do capital à
luz das manifestações



Conheça o
Poli

**Material
Educativo**

Publicações



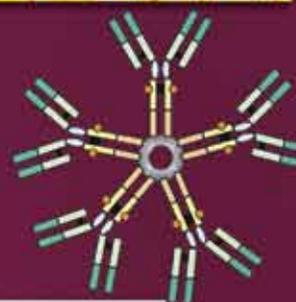
**Ensino Médio Integrado à
Educação Profissional**



PROEJA

**Ensino Profissionalizante
para Jovens e Adultos**

**Programa
de Vocação
Científica**



Revista

TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE**

Biblioteca Virtual em Saúde
Educação Profissional em Saúde

RETS

**Rede Internacional de Educação
de Técnicos em Saúde**

**Observatório
Juventude & T**

**OBSERVATÓRIO
dos Técnicos em Saúde**

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

www.epsjv.fiocruz.br

Capa	
Pronatec: qualificação e trabalho sob demanda	4
Almanaque	10
Entrevista	
David Harvey - 'Vivemos hoje no que eu chamaria de democracias totalitárias'	11
Conae	
Avaliação para além dos rankings	14
Agrotóxicos	
Liberação de agrotóxico sob encomenda expressa	17
Livros	
Uma importante contribuição na luta por Justiça Ambiental e Saúde	20
Dicionário	
Violência de Estado	21

Várias edições da Poli já trataram do Pronatec, Programa que é carro-chefe da política de educação profissional no Brasil atualmente. A concepção de educação profissional que orienta esse programa, a não-priorização da modalidade de curso técnico integrado ao ensino médio e as relações público-privado a partir da participação do Sistema S e mesmo de instituições privadas de ensino superior nesse Programa foram algumas pautas já abordadas. Como todos esses elementos estão interligados, caracterizando uma política que tem coerência interna, eles voltam a aparecer na matéria de capa desta edição, que novamente fala sobre o Pronatec. Mas, dessa vez, o foco principal é a articulação que esse Programa tem promovido para fora do Ministério da Educação, numa grande "ação sistêmica" que visa aumentar a geração de emprego a partir da qualificação profissional. Embora o MEC garanta que só está prometendo formação, e não emprego, outros ministérios envolvidos nessa parceria defendem que o Brasil vive um apagão de mão de obra, que as empresas querem contratar e não encontram profissional adequado no mercado. E que o Pronatec, mesmo oferecendo majoritariamente cursos de baixa carga horária e baixa especialidade, pode resolver esse problema. A solução para 'casar' formação e emprego? Ouvir (e atender) a demanda real das empresas.

Este número da Poli traz também a última matéria da série preparatória para a 2ª Conferência Nacional de Educação, que acontece em fevereiro de 2014, abordando o debate sobre o sistema de avaliação educacional no Brasil e suas referências internacionais.

A saúde está representada na revista principalmente por uma reportagem que mostra que a legislação que regula o uso de agrotóxicos no Brasil vem sendo flexibilizada. Com o argumento da urgência de crises fitossanitárias ou zoossanitárias, o governo vem atendendo à pressão política da bancada ruralista e ignorando os apelos de instituições como a Abrasco sobre os problemas que essas substâncias causam à saúde humana e o meio ambiente. Na resenha, o livro 'Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos' completa o debate que descortina a relação entre o modelo de desenvolvimento e os impactos sobre o meio ambiente.

A entrevista desta edição é com o geógrafo britânico David Harvey, que analisa a atual dinâmica de acumulação capitalista com foco na ocupação dos espaços, principalmente urbanos, e comenta as manifestações que tomaram conta das ruas de vários países no mundo, inclusive no Brasil. No 'Dicionário', um conceito que voltou ao centro do debate também depois da onda de protestos no Brasil: violência de Estado.

Ano VI - Nº 32 - jan./fev. 2014
Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde.
ISSN 1983-909X

Conselho Editorial

Alexandre Moreno, Cristina Abrantes, Cristina Barros, Grasielle Nespole, Ieda Barbosa, José Orbílio, Júlio César Lima, Kelly Robert, Leandro Medrado, Marcia Lopes, Marcela Pronko, Marcelo Coutinho, Páulea Zaquini, Paulo César de Castro Ribeiro, Sergio Munck, Tais Salvina, Tania Camel, Valéria Carvalho.



/epsjvfiocruz



@epsjvfiocruz

Assine Nosso Boletim

Envie e-mail para revistapoli@epsjv.fiocruz.br**Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos**

Marcelo Paixão

Editora

Cátia Guimarães

Repórteres

André Antunes

Viviane Tavares

Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca

Marcelo Paixão

Capa

Maycon Gomes

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

Analista de Gestão Educacional

Valéria Melo

Editora Assistente de Publicações

Lisa Stuart

Tiragem

10.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

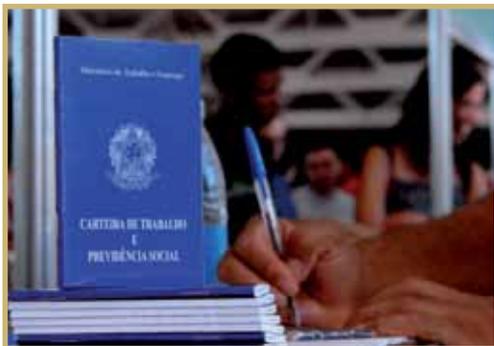
WallPrint

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos,

Rio de Janeiro CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484

comunicacao@epsjv.fiocruz.br | www.epsjv.fiocruz.br



Pronatec: qualificação e trabalho sob demanda

Em parceria com outros 12 ministérios, MEC promove a formação que as empresas pedem. Especialistas criticam promessa de emprego

Cátia Guimarães

Construção civil é uma das áreas em que as empresas mais prometem emprego

Nunca antes na história deste país. A conhecida frase do ex-presidente Lula para se referir aos feitos do seu governo bem poderia ser usada para resumir a caracterização que diferentes ministérios têm dado às parcerias firmadas em torno do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), originalmente gestado no Ministério da Educação (MEC). O Programa, que orienta a política de educação profissional no Brasil, atua em parceria com outros 12 ministérios que são, em sua maioria, demandantes, ou seja, ajudam a identificar, na sua área de atuação, pessoas interessadas e cursos interessantes. Papel diferenciado tem o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que ficou responsável pela outra ponta: o contato com as empresas para identificação das áreas de formação nas quais elas têm ou pretendem abrir vagas num futuro próximo. “Pela primeira vez está-se fazendo um mapeamento de demanda. Estamos tentando construir um mapa da educação profissional e tecnológica no país”, diz Nilva Schroeder, coordenadora-geral de desenvolvimento e monitoramento de programas do MEC.

Essa “ação sistêmica”, que envolve diferentes níveis de governo, instituições de ensino e o empresariado, é uma das grandes apostas do governo para a geração de emprego no país. Mas especialistas nos campos da educação profissional e do trabalho questionam não só o ineditismo dessa ação casada quanto a viabilidade da promessa e de seus possíveis resultados. “O modelo de desenvolvimento brasileiro demanda pouco trabalho qualificado e consequentemente é inercialmente refratário a essas políticas mais ativas de qualificação para o trabalho, que geralmente são associadas ao Pronatec. Temos aí um descompasso: por um lado, um governo que tenta estimular a qualificação profissional e, por outro, um modelo de desenvolvimento que prescinde dessa formação mais qualificada”, analisa Ruy Braga, professor da Universidade de São Paulo (USP) que estuda as configurações do mundo do trabalho.

Populações vulneráveis

De acordo com dados fornecidos pelo MEC, o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) é hoje o maior demandante do Pronatec, responsável por 40,9% das matrículas efetuadas até novembro de 2013.

A principal parceria com esse ministério visa priorizar os beneficiários do Programa Bolsa Família na oferta de qualificação profissional. E o resultado – das inscrições – tem sido estimulante: segundo o diretor de inclusão produtiva urbana do MDS, Luiz Müller, a meta era matricular um milhão de pessoas até 2014, mas ela deve se ampliar porque, no final de 2013, esse número já tinha passado de 800 mil. Segundo os cálculos do MDS, 56% dos matriculados são jovens entre 16 e 29 anos e 66% deles são mulheres.

Esse é o típico caso em que o Pronatec visa funcionar como uma ‘porta de saída’ dos programas de transferência de renda. De acordo com Luiz Müller, depois de fazer a busca ativa das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade que devem se beneficiar da transferência de renda e de encaminhá-las aos serviços já oferecidos pelo Estado, o MDS busca um caminho que lhes dê autonomia. “Há que se garantir que as pessoas desenvolvam autonomia. E, no nosso mundo, isso se dá pelo trabalho”, diz, informando que a qualificação profissional hoje é identificada pelo ministério como o centro do processo de “inclusão produtiva”. E é aí que entra o Pronatec.

Expectativa semelhante tem o Pronatec Prisional, desenvolvido a partir de um termo de parceria firmado entre o MEC e o Ministério da Justiça em fevereiro de 2013, que reservou 90 mil vagas do Programa para o sistema prisional, incluindo os presos em regime fechado, semi-aberto e aberto, com penas alternativas e também os egressos há menos de um ano. “Cedo ou tarde, essas pessoas sairão do sistema prisional. O que a gente quer é que elas saiam melhores do que quando entraram. Como podemos fazer isso? Trazendo algumas políticas para dentro do sistema prisional”, explica Mara Barreto, coordenadora-geral de reintegração social e ensino da diretoria de políticas penitenciárias do Ministério da Justiça. E completa: “Não tenho garantia de que quando elas saírem do sistema prisional, não vão reincidir e voltar para o sistema, mas posso garantir uma igualdade de oportunidades. E é isso que a gente tenta quando traz políticas de capacitação profissional para elas”.

Para o professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), José Rodrigues, esse foco nas populações vulneráveis como público da educação profissional é um dos indícios de que não existe nada de novo na política atual. “O decreto de Nilo Peganha em 1909, que é considerado o primeiro marco legal da Educação Profissional, já dizia que o primeiro dever do Estado era com os órfãos e desvalidos”, exemplifica. Para Marise Ramos, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), além de manter essa concepção restrita de educação profissional, a versão atual dessa política está ignorando estudos que, segundo ela, já mostram que essa população não tem conseguido sair do círculo da transferência de renda, tendendo a migrar de um programa assistencial para outro.

Que formação para que emprego

Chama atenção o fato de que os cursos oferecidos nessas parcerias sejam principalmente de Formação Inicial e Continuada (FIC), ou seja, de curta duração – mínimo de 160 horas e máximo de 600 para oferta no Pronatec – e baixa especialidade. No caso do Pronatec Prisional, essa é uma exigência, segundo Mara Barreto, porque é difícil garantir que os presos fiquem num mesmo estabelecimento durante muito tempo. Além disso, de acordo com a coordenadora, 67% da população carcerária brasileira não tem nem o ensino fundamental completo, o que limitaria a oferta de cursos técnicos, que requerem o ensino médio. Mas em

outras modalidades do Programa em que não existem essas restrições, o perfil de demanda e oferta é o mesmo. Apesar de Luiz Müller destacar, por exemplo, que, atualmente, cerca de 2 milhões de jovens de 15 a 17 anos beneficiários do Bolsa Família cursam o ensino médio na série correspondente à idade, o Pronatec Brasil sem Miséria também só demanda cursos FIC.

Esse perfil, na verdade, vale para o Pronatec como um todo: de acordo com dados do MEC, o curso mais ofertado até agora, com mais de 222 mil matrículas, foi o de auxiliar administrativo, que tem a carga horária mínima de 160 horas. A coordenadora do MEC, Nilva Schroeder, entende que esses números precisam ser relativizados, já que, exatamente em função da diferença de carga horária, num mesmo período de tempo atende-se muito mais alunos de cursos FIC do que de curso técnico. Segundo ela, até 2013 o Pronatec teve quase 5,5 milhões de matrículas e, dessas, 392 mil são de cursos técnicos – os outros são de Formação Inicial e Continuada. Ela reconhece que, no balanço feito no final de 2012, uma das conclusões foi a necessidade de se ampliar a oferta de cursos técnicos. Mas o fato é que, hoje, eles praticamente não estão presentes nos cursos demandados pelos ministérios parceiros. “Quando um ministério entra como demandante, acaba buscando o caminho mais rápido, de atendimento imediato. Mas alguns já começam a entender que também precisam demandar cursos técnicos”, justifica Nilva.

Como o esforço é ‘casar’ a oferta de cursos com a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, é preciso ter em vista o perfil do público mobilizado por esses ‘braços’ do Pronatec. Para o professor da USP Ruy Braga, a caracterização é clara: trata-se de uma massa da população que

Microempreendedor individual

A “ação sistêmica” que inclui o Pronatec na geração de trabalho para contingentes crescentes da população não se limita ao mercado formal já que parte dos cursos visa exatamente a uma parcela da população que hoje atua na informalidade. O Pronatec Brasil sem Miséria, por exemplo, tem apostado na transformação de pessoas em “microempreendedores individuais”. Essa figura foi criada pela Lei Complementar 128/2008, que alterou a lei da micro e pequena empresa, permitindo que um indivíduo que hoje trabalhe como camelô, por exemplo, possa ganhar um CNPJ e se tornar pessoa jurídica. De acordo com a lei, ele pode faturar até R\$ 60 mil por ano e deve contribuir com 5% do salário mínimo para a previdência social, passando a ter direito à seguridade. “Ninguém vive de Bolsa Família. O Bolsa Família é muito pouco para as pessoas viverem dele. Essas pessoas trabalham. Mas, por preconceito e também por uma visão equivocada da própria qualificação profissional, até então muitas delas trabalhavam numa situação de informalidade e, por informal, precária. Quando consigo identificar que uma pessoa tem determinadas habilidades, se eu capacitá-la nessas habilidades que ela já tem, muito provavelmente ela agregará valor ao que já faz”, explica Luiz Müller, do MDS. E completa: “A maioria dessas pessoas não está nesse mercado na relação contratual de carteira assinada. Mas não é que não atue no mercado. Se eu capacito, se amplio os saberes dessa pessoa, é possível transformá-la num microempreendedor individual”.

Para Ruy Braga, o problema de iniciativas como essas é que elas tentam “fazer do vício virtude”. “Tentam transformar a necessidade que as pessoas têm de se virar – sem o apoio de políticas, sem previdência, sem direitos, sem acesso – em algum tipo de virtude empresarial”, opina. Ele critica o discurso de programas que tentam convencer o trabalhador de que ele vai crescer, gerar renda e formalizar o seu negócio. “Isso é conversa para boi dormir”, resume, destacando as dificuldades concretas de se manter essa condição: “Basta você dar uma olhada no número de microempreendedores que são criados todo ano e a taxa de mortalidade dessas empresas”.

Segundo Luiz Müller, mais de 290 mil beneficiários do Bolsa Família se formalizaram nessa modalidade, o que, nas suas contas, corresponde a quase 10% dos microempreendedores individuais do país. “Teve melhoria das condições de ganho da pessoa? Não sei. É bem provável que tenha havido. Mas o fato de nós garantirmos que ela possa acessar a seguridade que antes ela não tinha acesso já é um avanço significativo de vida”, defende Müller.

De acordo com a assessoria de imprensa da Receita Federal, dos mais de 3,6 milhões de microempreendedores individuais cadastrados até o início de dezembro de 2013, pouco mais de 213 tinham recebido baixa. Já os dados do Ministério da Previdência Social apontam que 54,14% dos microempreendedores individuais existentes no país estão inadimplentes com as contribuições que devem fazer à previdência. Essa mesma análise mostra que, de 2009, quando o programa de microempreendedores individuais foi criado, para 2010, a taxa de inadimplência caiu de 61,09% para 44,31%. De lá para cá, essa taxa só faz crescer: em média, 5,5% ao ano. “Você pode ter quantos programas, quantos cursos, quantas iniciativas de formação de empreendedores quiser, mas isso não vai resolver o problema da precarização, das condições péssimas de trabalho, da sub-remuneração”, avalia Ruy Braga, completando: “É uma outra maneira de pensar a oferta de trabalho e não o gargalo, a questão estrutural, que é o tipo de emprego que se demanda no país hoje”.

está saindo da pobreza absoluta e entrando na pobreza oficial. “Geralmente essa transição é difícil porque essa massa pauperizada não tem qualquer qualificação para o trabalho, até porque não teve experiência anterior de atuação no mercado formal”, explica. E completa: “Essa massa está se localizando no interior do que a gente pode chamar de população estagnada, ou seja, aquela população que ocupa os piores postos de trabalho, os mais degradantes e pior remunerados”. Que resultados essa política de qualificação profissional pode ter para a inserção dessas pessoas? “Se você pega alguém que veio da informalidade, que estava nos grotões da miséria e do subdesenvolvimento e lhe ensina a prestar uma informação sobre um evento de Copa do Mundo, por exemplo, ela sente isso como um progresso”, reconhece Ruy Braga. Mas pondera: “No entanto, do ponto de vista agregado, global, do país, isso reproduz as bases desse neo-subdesenvolvimento, que se caracteriza justamente por postos de trabalho muito mal remunerados e subqualificados”.

Para Marise Ramos, o ciclo da estagnação se fecha quando a maioria dos cursos oferecidos, além de terem curta duração, são de baixa especialidade. “A princípio, pela natureza dessas funções, elas poderiam ser aprendidas no próprio processo de trabalho”, questiona. E pondera: “Podemos considerar que uma formação preliminar antecipe essa aprendizagem e com isso facilite a adequação do trabalhador ao posto. Faz sentido. Mas não se trata de um requisito propriamente”. A coordenadora do MEC, no entanto, aposta no estímulo individual que esse processo pode gerar. “Eu não acredito que cursos de formação inicial e continuada vão mudar a vida de uma pessoa, mas é mais uma porta de entrada. Um trabalhador da construção civil, que não tem nem ensino médio, fazendo

curso num lugar com estrutura de escola, pode juntar forças para voltar a estudar”, acredita.

Qualificação profissional e modelo de desenvolvimento

O baixo grau de especialidade dos cursos que têm sido priorizados nessas parcerias não é exclusividade do Pronatec Bolsa Família ou Prisional, que são voltados para essa população mais vulnerável. Um exemplo é a preocupação de Fabio Mota, secretário de programas de desenvolvimento do turismo do Ministério do Turismo, de ‘perder’ os trabalhadores formados nos 54 cursos demandados pelo Pronatec Copa-Turismo, que englobam áreas como auxiliar administrativo e recepcionista. “O maior problema do turismo é que perdemos trabalhadores para a construção civil e outras áreas. A gente corre o risco de qualificar o trabalhador e perdê-lo”, diz. Atentos principalmente aos grandes eventos futuros, como a Copa do Mundo, ele explica que o Pronatec vem fazer a “base da pirâmide”, criando um padrão para os serviços que hoje se encontram abaixo da média, principalmente no Norte e Nordeste, onde, segundo ele, prevalece o turismo “sol e praia”.

Ruy Braga considera que esse perfil de qualificação responde aos postos de trabalho que têm sido criados no Brasil. Segundo ele, 94% dos 2,1 milhões de empregos formais gerados no país nos últimos dez anos pagam até 1,5 salários mínimos, cerca de R\$ 1.000. De acordo com o professor, o desenvolvimento econômico brasileiro, nos últimos dez anos, se baseou em quatro motores principais: “a indústria financeira, a indústria da construção civil, o agronegócio e a mineração e energia”. E esses setores, explica, têm um “desempenho bastante piramidal”, com “uma concentração muito grande de postos

qualificados no topo e uma base rombuda de postos não qualificados ou semiqualificados”. “Esses últimos dez anos foram de uma absorção enorme de trabalhadores nesses setores. Mas eles não são absorvidos em postos de trabalho qualificados pelo simples motivo de que não há necessidade de postos de trabalho qualificados ou altamente qualificados se reproduzirem nesses setores”, explica. De acordo com o professor, esse quadro é complementado pela expansão conjunta do setor de serviços, que também gerou emprego nesse período. “Uma massa de gente que havia sido dispensada nos anos 1990, principalmente pela indústria de transformação, foi reabsorvida pelo mercado de trabalho formal, principalmente no setor de serviços. Mas essas ocupações também não exigem qualificação ou requerem qualificação muito baixa”, explica. Marise concorda: “O modelo de desenvolvimento brasileiro, pelo fato de ter a natureza dependente, implicou e implica uma associação com a burguesia internacional. E, com isso, impõe a divisão do lucro. Isso significa um processo de superexpropriação da classe trabalhadora, que fez com que o modelo de desenvolvimento sempre se desse em cima de salários muito baixos e postos de trabalho simples. Hoje a retomada da lógica do neodesenvolvimentismo se dá sobre um tipo de produção que não requer trabalho qualificado”, completa, fazendo referência ao conceito de capitalismo dependente usado pelo sociólogo Florestan Fernandes para entender a realidade brasileira nas décadas de 1960 e 1970. E resume: “Há um desenvolvimento sim, mas um desenvolvimento pobre”.

Há vagas?

Por trás desse esforço conjunto em torno do Pronatec existe a convicção, pelo menos por parte de alguns ministérios, de que o país vive um ‘apagão de mão de obra’. Em outras palavras: há vagas, as empresas querem contratar, mas não encontram pessoal qualificado no mercado. Por isso o empresariado tem sido ouvido para ajudar a definir os cursos oferecidos pelo Pronatec nas suas diversas modalidades a partir da sua demanda real. E é aí que entra, principalmente, o papel do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que coordena o Pronatec Brasil Maior, fazendo a mediação com o setor produtivo. “A grande verdade é que hoje a maioria das empresas está com dificuldade de encontrar pessoas qualificadas no mercado”, diz Rafael Marques, diretor de departamento de tecnologias inovadoras do MDIC. Ruy Braga discorda: “Não há a menor chance de que tenha um apagão de mão de obra no país”, e justifica: “Você não pode falar em apagão de mão de obra quando 43% da população economicamente ativa continua na informalidade. As empresas têm um excedente populacional, uma massa de supranumerários acantonados nessa informalidade gigantesca, à sua disposição”.

Mas o fato é que, provocadas pelo governo, as empresas têm apresentado demandas. Segundo Rafael Marques, a indústria diz que precisa de trabalhadores que atuam desde o chão de fábrica até a gestão – a carência maior estaria na chamada área operacional. Também de acordo com o representante do MDIC, os cursos mais demandados pela indústria são os de curta duração. Na sua avaliação, essa resposta das empresas comprova a demanda e o chamado apagão. “Não estamos fazendo prospecção. Estamos perguntando para a indústria”, argumenta. Luiz Müller, do Pronatec Brasil sem Miséria, segue a mesma linha: “Hoje faltam trabalhadores em vários setores econômicos. Estamos formando trabalhadores novos para postos de trabalho novos”, diz. Para ambos

Inédito ou requeentado?

Há quem ache que a defesa de que existe um apagão de mão de obra aliada à expectativa de que a educação profissional insira as pessoas no mercado de trabalho requeenta, com algumas variações, o discurso da teoria do capital humano, que, considerando a educação um capital que define o maior ou menor sucesso das pessoas e do desenvolvimento dos países, acaba responsabilizando o indivíduo por estar desempregado ou mal remunerado. “É curioso que, passados 40 anos [da tese em que Gaudêncio Frigotto desmontou os argumentos da teoria do capital humano], a gente continue discutindo e implementando a mesma política e fazendo o mesmo tipo de crítica. Chega a ser constrangedor”, diz José Rodrigues, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). E completa: “O efeito mais poderoso desse tipo de política é esconder o problema central da educação e da sociedade. Porque você joga o problema da distribuição de renda, do emprego precário e do desemprego para a educação”.

Nilva Schroeder diz que o MEC não está atribuindo à educação um peso maior do que ela pode ter. “A gente não está vivendo uma ilusão, um romantismo de que a educação vai resolver problemas de ordem estrutural”, garante, explicando: “Por isso chamamos o demandante, para fazer junto de verdade. Eles não chegam de mão abanando, trazem suas políticas, que são articuladas com a política educacional”. Ela reconhece que os cursos não são garantia de emprego, mas defende que as ações articuladas, principalmente com o Ministério do Trabalho e Emprego, podem tornar mais seguras as expectativas de inserção de quem aproveitou o Pronatec. “Não estamos fazendo promessa de emprego. Prometemos formação”.

Para José Rodrigues, no entanto, essa ampla articulação, que busca aliar competências e carência de mão de obra, ouvir o empresariado e respeitar os arranjos produtivos locais, não tem nada de novo. “Esse tipo de argumentação da questão sistêmica, da política que junta ministérios e ouve empresários para saber qual a demanda foi o que selou, por exemplo, a chamada Lei de Diretrizes e Bases de 1971, a famosa lei 5.692, chamada de profissionalização compulsória. E se a gente for ao início do governo Collor, que lançou o Plano Nacional de Formação, o Panflor, também vai encontrar esse argumento”, diz.

Marise concorda, mas destaca uma diferença de contexto em relação ao Panflor: o fato de se viver, naquela época, início da década de 1990, um cenário de profundo desemprego, em que as possibilidades de inserção dos indivíduos formados eram muito mais restritas, o que reforçava a ideia da empregabilidade atribuída ao indivíduo. A diferença, segundo ela, é que, hoje, o Pronatec está associado a uma promessa de geração de postos de trabalho a partir do movimento do Estado.

os ministérios, a construção civil aparece como o principal exemplo dessa demanda.

Ruy Braga alerta que é preciso não perder de vista que são as empresas – e não a qualificação do trabalhador – que controlam o mercado de trabalho. “As empresas atuam nos dois lados: elas empregam numa ponta e demitem quando lhes é conveniente na outra”, diz, e explica: “As empresas querem e produzem uma massa de população excedente. Ou seja,

elas demitem. Quando atravessam um ciclo de negócios qualquer – o exemplo mais típico são os investimentos para a Copa do Mundo, Olimpíadas e coisas do gênero –, querem contar com uma massa de gente disponível para trabalhar durante esse período. E quando não for conveniente, elas demitem esses trabalhadores, conforme a sua decisão”. A demanda por trabalhadores como resposta à ação conjunta do Pronatec seria, segundo ele, parte desse processo.

Marise Ramos concorda e destaca uma característica dos postos de trabalho gerados nesse contexto: além de serem de natureza simples, são também temporários. “São postos de trabalho gerados por medidas não estruturantes, em razão de eventos ou de investimentos em obras do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento], por exemplo, que têm um tempo dado. A questão é: e depois? Como as formações oferecidas não são de natureza efetivamente profissional, que proporcionem algum domínio dentro de um campo científico-tecnológico, o resultado é que pode haver uma inserção racional de trabalhadores, também temporária e instável”, analisa.

Para o professor da USP, a posição das empresas nesse processo é “muito conveniente e confortável”. “O que temos hoje é uma demanda das empresas para que o Estado atue, por intermédio das políticas públicas, como o principal instrumento de garantia e manutenção dessa população excedente às necessidades imediatas das empresas porque elas querem contar com esse pessoal para entrar no mercado de trabalho quando puderem aproveitar o ciclo de negócios e investimentos”, diz Ruy Braga. E completa: “Nesse sentido, as políticas de formação são políticas de administração da superpopulação relativa em benefício, evidentemente, das empresas”.

Rafael Marques, no entanto, não vê oposição entre os interesses do setor produtivo e do trabalhador. Ele defende que, com essa ação conjunta em torno do Pronatec, estão se aliando dois objetivos: a inclusão produtiva e o aumento da competitividade das empresas. Ele identifica o “casamento entre a demanda e a oferta” promovido por essa política como um grande benefício para o trabalhador que, hoje, se forma aprendendo exatamente o que a empresa precisa que ele saiba e com isso tem mais chances de inserção. Mas ele não deixa dúvidas de quem é o foco principal do Pronatec Brasil Maior: “O fato é que a remuneração de mão de obra vem subindo nos últimos dez anos e a produtividade não aumenta. A margem de lucro das empresas está sendo espremida”, diz. E completa: “Qualificação profissional é a única saída para se ter aumento de produtividade no país”. Para o professor da UFF, José Rodrigues, qualquer semelhança com a teoria do capital humano — em que “a educação é reduzida a um processo de formação de recursos humanos (...) sob determinadas técnicas e procedimentos” e com “uma brutal redução na concepção de ser humano, que é visto como (...) uma máquina que, se aprimorada, produz mais”, na definição de Gaudêncio Frigotto — não é mera coincidência.

O fato é que para resolver o ‘problema’ das empresas, outras ações têm sido organizadas dentro do próprio Pronatec. Além de demandar a formação de novos trabalhadores que seriam contratados, as empresas podem solicitar, pelo Pronatec, a formação dos seus próprios funcionários. “A empresa que investe em qualificação gasta e, às vezes, perde o seu trabalhador para outra empresa por um salário um pouco maior”, conta Rafael Marques, do MDIC. E completa: “Essas empresas já iam atrás das instituições formativas. Contratavam essa formação *in company* e pagavam do caixa da própria empresa. Quem paga agora é o Estado”. Um exemplo é o Pronatec Copa na Empresa, desenvolvido em parceria com o Ministério do Turismo, que oferece capacitação dentro dos estabelecimentos que atuam nessa área.

O ganho das empresas

O problema é que, na configuração que o Pronatec vem ganhando desde a sua criação, além de o Estado pagar a conta, as empresas estão ganhando duas vezes. Isso porque a maioria esmagadora dos cursos — 80% das matrículas feitas até novembro de 2013 na modalidade de bolsa formação, que é a que envolve os ministérios parceiros —, são, de acordo com dados do MEC, oferecidas por instituições do chamado Sistema S, que pertencem às confederações dessas mesmas empresas. “Se houver discrepâncias, elas vão aparecer”, diz Nilva Schroeder sobre o processo de escolha das instituições que realizam os cursos, sobre o qual o MEC não tem qualquer interferência, desde que elas estejam cadastradas no Pronatec.

Tudo depende da pactuação local: mesmo que numa determinada região, um Instituto Federal e uma unidade do Sistema S se disponham a atender a uma mesma demanda, não existe definição prévia nem critério de ‘desempate’. Quem escolhe é o demandante, seja a empresa, para as turmas fechadas dos seus funcionários, ou o ministério da vez, para as turmas abertas. “A escolha é feita por um processo político de articulação que se dá lá na ponta. O desejável é que todas as instituições ofertantes sentem e discutam, que não se dê uma oferta de balcão”, explica Nilva, reconhecendo, no entanto, que não há garantias sobre o quanto esse desejável está sendo feito.

O fato concreto é que, até agora, o controle dessa formação tem sido das instituições privadas ligadas às mesmas confederações de em-

presas que demandam essa qualificação. Os 80% de matrículas do Pronatec realizadas no Sistema S até agora estão distribuídas assim: 43% no Senai, que é ligado à Confederação Nacional da Indústria (CNI); 30% no Senac, da Confederação Nacional do Comércio (CNC); 4% do Senat, ligado à Confederação Nacional do Transporte (CNT); e 3% do Senar, da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária no Brasil (CNA). “As empresas ganham três vezes. Primeiro, pelo subsídio do governo que já existe para o Sistema S. Segundo, porque é subsidiado de novo pelo Pronatec. E ganha uma terceira vez porque aproveita essa mão de obra formada ou, se não aproveita, tem a sua disposição um exército industrial de reserva”, analisa Marise Ramos, que completa: “É até assustador de tão óbvio”.

A pesquisadora da EPSJV/Fiocruz, no entanto, não entende que se trate de um processo “maquiavélico”, que tenha como intenção “colocar dinheiro na mão do empresariado”. “O objetivo não é ficar remunerando ou sobrerremunerando o capital, mas sim o Estado aliviar o gasto do empresariado para que ele possa se tornar mais produtivo”, explica. E conclui: “É o princípio keynesiano, mas agora no varejo, neoliberalizado”. ●

Refere-se à escola econômica influenciada pelo pensamento de John Maynard Keynes que, na década de 1930, após a crise econômica de 1929, defendeu a importância da intervenção do Estado na economia para garantir o desenvolvimento e a geração de emprego. É uma das principais influências do Estado de Bem Estar Social.

PORÕES DA DEMOCRACIA



Nome: _____
 Matrícula: _____
 Data: _____
 Estado: _____
 Nacionalidade: _____
 Profissão: _____
 Atividade: _____
 Treinamento: _____
 Nome de 2013 de novo - usar máscara (Batmani)
 Julho de 2013 - se vestir com roupa preta
 Agosto de 2013 - portar sinal
 Setembro de 2013 - andar em grupo
 Outubro de 2013 - usar máscara (Palhaço)
 Novembro de 2013 - portar detentoreta
 Dezembro de 2013 - usufruir do direito de se manifestar

“Fui colocado para fora com outro grupo, de cabeça baixa. Chovera, o chão estava molhado e todos nós estávamos descalços. Começamos a ouvir interrogatório e, em seguida, batidas e as pessoas gritando. Depois descobrimos que era a palmatória de madeira. Isso durou alguns minutos”.

“A fala e a atitude de um policial ficou impregnada na minha memória: ‘Só tem vocês dois de pretos aqui?’. Em seguida segurou a cabeça de um deles e bateu algumas vezes contra a parede. Teve outro preso político que pedia insistentemente para ir ao banheiro, que não aguentava mais. Estava muito próximo de mim. Gemia... Eu sussurrava para ele: respira fundo. Os caras apenas ironizavam e procuravam humilhá-lo. Mesmo depois de uns cinco pedidos desesperados, o rapaz não teve autorização e evacuou nas calças. Depois disso ordenaram que lavassem o chão”.

“Chegamos ao presídio quatro horas da tarde talvez, estando desde o dia 15 sem tomar banho – já era dia 16 anoitecendo. Falaram que abririam a água por dez minutos. Nesse dia abriram a água devia ser 3h da manhã”.

Não se engane: as falas ao lado não foram pinceladas de algum livro de história narrando as torturas e humilhações a que foram submetidos os presos políticos após o Golpe civil-militar de 1964 ou a promulgação do AI-5, em 1968. Esse foi o tratamento recebido pelo pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz) Paulo Roberto de Abreu Bruno, após ser detido pela polícia – junto com outras dezenas de pessoas – no dia **15 de outubro de 2013**, quando participava de uma manifestação organizada pelos professores municipais e estaduais do Rio de Janeiro, que estavam em greve. Acusado sem provas e sem direito à informação ou à presença de advogados, foi encaminhado para a delegacia e, na sequência, para dois presídios. Após passar pelo que chamou de “porões da democracia brasileira”, Paulo Bruno advertiu: **“Essa sociedade democrática que a gente vive é para quem não está dentro desse sistema prisional, só serve para quem nunca passou por lá. Depois que você cai ali, vê que é tudo muito frágil [...] Há os que ainda acreditam na possibilidade da luta, garantida nos ‘direitos constituídos’. Penso que não tem mais direito constituído...”**

DAVID HARVEY

‘Vivemos hoje no que eu chamaria de democracias totalitárias’

André Antunes

Um dos mais influentes pensadores marxistas da atualidade, o geógrafo britânico David Harvey esteve no Brasil em novembro para divulgar o lançamento de seu livro ‘Os limites do capital’. Escrito há mais de 30 anos, a obra ganha sua primeira versão em português, mas, segundo Harvey, isso não significa que tenha ficado ultrapassada, pelo contrário. Pioneiro em sua análise geográfica da dinâmica de acumulação capitalista descrita por Marx, o livro, assim como grande parte da obra de Harvey, tornou-se mais relevante para entender os efeitos da exploração econômica dos espaços urbanos e suas consequências para os trabalhadores, ainda mais numa conjuntura marcada pela eclosão de protestos contra as condições de vida nas cidades, não só no Brasil, mas também na Europa, América do Norte e África. Nesta entrevista, Harvey faz uma análise dos levantes urbanos que ocorrem em todo mundo, aponta que não será possível atender às reivindicações por meio de uma reforma do capitalismo, e defende: é preciso começar a pensar em uma sociedade pós-capitalista.

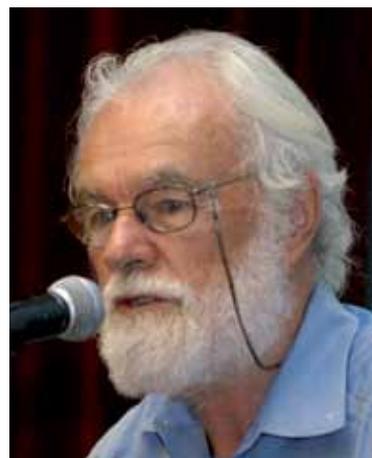
‘Os limites do capital’ foi escrito há mais de 30 anos. Desde então o capitalismo sofreu mudanças profundas. Qual é a atualidade dessa obra para entender o modelo de acumulação capitalista hoje?

O livro explora a teoria de Marx sobre acumulação de capital para entender as práticas de urbanização ao redor do mundo em vários lugares e momentos históricos diferentes. Minha investigação sobre as ideias de Marx se estenderam para uma análise de coisas como a renda fundiária, preços de propriedades, sistemas de crédito.

Uma coisa curiosa aconteceu: a análise de Marx era sobre o capitalismo praticado no século 19. Na época em que comecei a escrever ‘Os limites do capital’, havia muitos aspectos do mundo ao meu redor que não se encaixavam com a descrição de Marx: tínhamos um Estado de Bem-estar Social, os Estados estavam envolvidos na economia de diferentes formas, havia arranjos de seguridade social e movimentos sindicais fortes em muitos países. Mas aí veio a chamada contrarrevolução neoliberal depois dos anos 1970, com Margareth Thatcher, Ronald Reagan, as ditaduras na América Latina, e o capitalismo regrediu para sua forma do século 19. Por exemplo, houve o desmantelamento de muito da rede de seguridade social em boa parte da Europa e América do Norte; o capital se tornou muito mais feroz em sua relação com movimentos trabalhistas; as proteções que vinham de Estados que eram em algum grau influenciados por movimentos políticos de esquerda foram desmanteladas em boa parte do mundo. O que vimos desde os anos 1970 é um aumento da desigualdade social, que é precisamente o que Marx disse que aconteceria caso adotássemos um sistema de livre mercado. Adam Smith postulava que se tivéssemos um livre mercado seria melhor para todos. O que Marx mostra no ‘O Capital’ é que quanto mais perto de um livre mercado mais provável é que os ricos fiquem cada vez mais ricos e os pobres mais pobres. E essa tem sido a tendência por grande parte do mundo desde os anos 1970 por conta do neoliberalismo. De uma maneira curiosa, por essa razão, Marx se tornou mais relevante para entender o mundo hoje do que era na época em que escrevi o livro. Ao mesmo tempo, muitas das lutas que vemos ao nosso redor agora são lutas urbanas em vez de lutas baseadas em unidades fabris, de modo que ligar a dinâmica do que Marx descrevia com a dinâmica da urbanização se tornou mais relevante.

E o papel dos centros urbanos na dinâmica de acumulação capitalista, como mudou ao longo desse período?

O capital produz constantemente excedentes, e uma das coisas que aconteceu é que a cidade se tornou um local para a absorção de capital exce-



dente. Muito desse dinheiro foi para construção de estruturas, em alguns casos para a construção de megaprojetos. O capital adora esses megaprojetos, como os envolvidos em Copas do Mundo e Olimpíadas, porque são uma ótima oportunidade para gastar muito dinheiro na construção de novas infraestruturas, o que levanta uma questão interessante: essas novas infraestruturas acrescentam algo à produtividade do país? Se você for para a Grécia, vai ver um país essencialmente falido, com esses estádios vazios ao redor, que foram construídos para um evento que durou algumas semanas. A maioria dos lugares que sediam esses eventos tem problemas financeiros sérios depois mas, no processo, as empreiteiras, construtoras e financiadoras ganham muito dinheiro. Ao longo dos últimos 40 anos, o capital excedente foi cada vez mais canalizado para mercados de ativos, como os direitos de propriedade intelectual, em que você investe no controle de patentes e vive da renda, sem fazer nada. E, da mesma forma, as cidades, as propriedades urbanas, se tornaram ativos muito lucrativos. O que vemos hoje nos mercados imobiliários é que é quase impossível para a maioria da população encontrar um lugar para viver que não absorva mais da metade de sua renda. Esse é um processo mundial: tivemos uma crise na habitação nos Estados Unidos, na qual o mercado de propriedade entrou em colapso. Em Nova York, Los Angeles e São Francisco os preços estão subindo, e vemos o mesmo fenômeno na Europa: tente achar um lugar para morar em Londres, em Paris. Mais e mais dinheiro está sendo extraído das pessoas na forma de aluguel. Isso é interessante, porque há um deslocamento da exploração do trabalho e da produção para explorar as pessoas em termos de extração de aluguel de seu local de moradia. O capital consegue inclusive fazer concessões aos trabalhadores e recapturar esse dinheiro que o trabalhador ganha aumentando o valor do aluguel.

Você trabalha atualmente em um livro que lista 17 contradições do capital: pode falar um pouco sobre elas a partir da crise de 2008?

A forma como as contradições funcionam é que elas estão interconectadas. O que houve em 2008 foi uma série de contradições: entre valor de uso e de troca, entre a forma do dinheiro e o valor que ele deveria representar e entre aspectos da propriedade privada e o poder do Estado. Todas essas contradições se juntaram para criar um ambiente propício ao acontecimento da crise na habitação. Por exemplo: você olha uma casa, e há uma contradição entre encará-la em termos de valor de uso e valor de troca. Em algum ponto a casa se torna uma forma dupla de valor de troca, porque as pessoas que compram a casa a veem como uma forma de poupança. E mais tarde eles compram uma casa como uma forma de investimento, uma forma de ganhar dinheiro. Em vez de comprar uma casa para morar, as pessoas compram casas para reformá-las e vendê-las, para ganhar dinheiro em cima disso. Então se o mercado imobiliário está em alta, é possível ganhar muito dinheiro muito rápido com esse processo, e o resultado disso é que as vizinhanças se tornaram instáveis, porque ninguém mora e cuida do local, só usam a casa para ganhar dinheiro. E ao mesmo tempo, há muita especulação para tentar elevar o valor da casa por meio de ajustes superficiais, o que não é um problema em si, até que o mercado imobiliário despenque, porque as coisas não podem subir para sempre. Se começa a cair, todo mundo vende rapidamente e você tem o crash que vimos nos Estados Unidos em 2007-2008, e também na Espanha, Irlanda e em muitas partes do mundo. Essa tensão entre valor de troca e de uso é importante, mas é importante olharmos também para a forma como tudo é monetarizado. Há uma forma interessante com que o dinheiro começa a gerar mais dinheiro, esse aspecto especulativo do dinheiro. Eu poderia ter uma casa em Nova York sem a menor ideia de quem é o proprietário porque as hipotecas são divididas em pedacinhos e uma parte dela está na Alemanha, outra em Hong Kong e ninguém consegue descobrir de quem é a dívida. Isso é uma ficção que aconteceu por causa da maneira como o

sistema monetário evoluiu. A outra contradição é entre o Estado e a propriedade privada. O que vemos é que, em países como os Estados Unidos, o Estado vem incentivando a compra de casa própria nos últimos 40 anos, criando novas instituições financeiras para apoiar a aquisição da casa própria, dando isenções de impostos se você é proprietário, a um ponto que todo mundo tem que se tornar um proprietário, quando isso não é economicamente racional em mercados especulativos desse tipo. Entre quatro e seis milhões de pessoas foram despossuídas de suas casas nos Estados Unidos através dessa crise de execução de hipotecas. Quando perguntaram para as pessoas por que elas achavam que isso tinha acontecido, quem elas culpavam? Elas mesmas. É exatamente o que os neoliberais dizem que você deve fazer. Vivemos num mundo em que o modo de pensar neoliberal se tornou profundamente arraigado: essa ideia de que nós como indivíduos somos responsáveis por sermos pobres. Como dizer para as pessoas que não é culpa delas, que é um problema sistêmico? É como o capital funciona, especialmente na sua forma de livre mercado, e se você é pobre você é um produto deste sistema. A única maneira de solucionar isso é mudando o sistema, o que quer dizer que é preciso tornar-se anticapitalista.

Na sua avaliação, as manifestações que acontecem no Brasil apontam uma insatisfação da população brasileira aos efeitos concretos dessas contradições?

Eu acho que em vários lugares do mundo atualmente você vai encontrar um sentimento de profunda insatisfação. Há um grande descontentamento, mas acho que em nenhum desses lugares emergiu um movimento consolidado em termos de um entendimento de para onde esse descontentamento deve ser canalizado e o que deve ser feito para mudar esse quadro. Como resultado, o que você vê são essas erupções contínuas ao redor do mundo. Eu vejo que há um sentimento de descontentamento

mundial que não está sintetizado, mas é interessante notar como ele entra em erupção e ninguém espera. Ninguém esperava o que aconteceu no Brasil, foi uma surpresa. Ninguém esperava o que aconteceu na Praça Taksim, em Istambul, em Estocolmo, em Londres. O que se vê é um padrão global de expressões de descontentamento, que não localizaram o problema central, mas que são indicações de um descontentamento profundo com a maneira como o mundo caminha. Para mim, a melhor forma de se analisar isso é olhar quanto bem o capital está indo. A maneira mais simples de ilustrar isso é olhando para a desigualdade de renda. Dados de vários países ao redor do mundo mostram que os 2% de maior renda entre a população saíram da crise muito bem e na verdade ganharam muito dinheiro com ela, enquanto o padrão de vida do resto encolheu. Isso varia de um país para outro, mas dados da Oxfam apontam que os 100 maiores bilionários do mundo aumentaram sua riqueza em US\$ 240 bilhões só em 2012. O número de bilionários aumentou dramaticamente nos últimos cinco anos, não só nos Estados Unidos: esse número dobrou na Índia nos últimos três anos, há muitos bilionários no Brasil, o mais rico do mundo é Carlos Slim, do México, há bilionários surgindo na Rússia, na China. Os dados mostram que o capital está indo extremamente bem.

É possível atender às reivindicações das ruas com uma reforma no capitalismo?

As opiniões variam na questão de o quanto podemos extrair das dificuldades atuais e ainda termos um capitalismo dinâmico. Minha análise é que será muito difícil desta vez. Certamente é possível acabar com alguns dos excessos do capitalismo neoliberal e certamente podemos ter um tipo de capitalismo mais socialmente justo, com redistribuição modesta de riqueza das classes abastadas para as classes médias e baixas. Há possibilidades de reforma do sistema e eu obviamente as apoiaria. Mas não acho

que elas vão resolver o problema. Acho que a quantidade de riqueza que pode ser redistribuída é relativamente limitada. Em segundo lugar, falta poder político para fazê-lo. Temos uma situação agora em que essencialmente o poder político, a mídia, estão completamente capturados pelo grande capital, e a barreira política para fazer algo além de medidas pontuais é imensa. Temos uma oligarquia global que controla essencialmente toda a riqueza mundial, a mídia, os partidos políticos, o processo político. Vivemos hoje no que eu chamaria de democracias totalitárias, e acho que é muito difícil quebrar isso porque a oligarquia não está interessada em abrir mão desse poder. Então há uma barreira política e há também uma barreira econômica, porque se você realmente começa a redistribuir riqueza no modo que precisaríamos para resolver esses problemas e ter educação, saúde e transporte público decente para todos, se realmente fôssemos fazer isso, teríamos que tirar muito do dinheiro que hoje vai para os projetos que interessam ao grande capital.

Por que você acha que vai ser difícil sair da crise atual?

O capital tem que crescer, e crescer a uma taxa composta, que tem uma curva de crescimento exponencial. Isso significa que cada vez mais somos empurrados a encontrar oportunidades de investimento lucrativas, mais e mais. Meu cálculo, de maneira grosseira, é que nos anos 1970, globalmente, era preciso achar oportunidades de investimento lucrativas para algo em torno de US\$ 600 bilhões. Hoje é preciso encontrar canais lucrativos para investimentos na ordem de US\$ 3 trilhões. Em 20 anos, falaremos em canais lucrativos de investimento para US\$ 6 trilhões e assim por diante. Acho que manter o capital ativo tornou-se um sério problema, e se houver um crescimento zero, há uma crise. O crescimento composto se torna cada vez mais problemático. Temos tido esse problema desde os anos 1970 e é por isso que mais e mais capitalistas estão vivendo de renda ao invés de procurar oportunidades de investimento lucrativas produzindo coisas materiais, que já não é tão lucrativo. E se todo mundo investe no rentismo, ninguém produz nada, o que também é um problema.

Você fala da importância de uma imaginação pós-capitalista. Fale sobre a sua visão do que seria uma sociedade pós-capitalista.

É preciso haver uma revolução nas percepções, nas práticas, nas instituições. E essas revoluções levam muito tempo para se concretizarem. Quando você pensa na história do neoliberalismo, vê que foi uma transformação revolucionária que aconteceu num período de 30, 40 anos. Se foi possível mudar daquilo para isso, por que não podemos mudar do que vemos hoje para outra coisa? Mas temos que pensar não simplesmente em termos de fazermos barricadas, mudarmos governos. Temos que pensar nisso como um processo de 40 anos de mudança de mentalidades, concepções. Por exemplo, como as pessoas pensam a solidariedade social com seus vizinhos. Nos anos 1970 havia muito mais solidariedade social, e hoje o mundo se tornou muito mais individualista. Uma revolução é um processo, não um evento, estamos falando de transformações de longo prazo, e isso requer que as pessoas comecem a formular ideias sobre como mudar o mundo. Há muitos elementos que estão sendo praticados atualmente, o problema é que a maioria em pequena escala. Por exemplo, economias solidárias sendo praticadas ao redor do mundo, no Brasil, nos Estados Unidos. Há grupos tentando desenvolver modos de vida alternativos, ambientalistas, por exemplo, o movimento de recuperação de fábricas por trabalhadores na Argentina, há muitos movimentos desse tipo acontecendo, alguns em meio à crise. Na Grécia vemos o desenvolvimento de sistemas monetários alternativos e por aí vai. Há muitas coisas acontecendo atualmente que podem ser consideradas experimentos-piloto. Acho importante olhá-las e analisar quais são os elementos para se pensar um tipo diferente de sociedade no futuro. ●



Cenas do clipe de 'Another Brick in the Wall', do Pink Floyd: estudantes são padronizados



Avaliação para além dos rankings

Pesquisadores e militantes criticam sistema de avaliação brasileiro e suas referências internacionais

Cátia Guimarães

A acaba de ser divulgado, no início de dezembro, o resultado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), uma iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que, a cada três anos, produz um *ranking* dos países com melhor educação. A nota é dada a partir de uma prova aplicada em alunos na faixa dos 15 anos que engloba as áreas de leitura, matemática e ciências. Na comparação com 65 países, o Brasil ficou em 58º lugar. Todos os jornais noticiaram e especialistas de diversas tendências comentaram o desempenho do país.

Processo semelhante, só que em escala menor, acontece a cada divulgação do resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Nesse caso, o *ranking* é de estados, municípios e escolas. O cálculo é feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação, a partir da nota que os alunos recebem nas provas de português e matemática que compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e dos dados sobre aprovação escolar recolhidos no Censo Escolar. A cada nova edição, todos os jornais noticiam, destacam os melhores colocados e comentam as experiências de sucesso.

De fato, a reação é em cadeia: municípios e estados lutam para melhorar o seu Ideb, e o governo federal se esforça para melhorar a posição do Brasil no Pisa. “A lógica é a de que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da OCDE”, diz o site do Inep. O mesmo texto explica que a meta nacional para o Ideb – ‘nota’ 6 até 2021 – foi calculada como equivalência ao nível de “qualidade educacional” da média dos países desenvolvidos. Para isso, foi inclusive produzida uma “técnica de compatibilização entre as proficiências observadas no Pisa e no Saeb”, como explica o site. O problema é que, com gestores, professores e alunos envolvidos nessa corrida de obstáculos, pouco se tem parado para *avaliar* se existe consenso sobre a concepção de qualidade da educação que embasa esses processos de avaliação.

O relatório da 1ª Conferência Nacional de Educação (Conae), realizada em 2010, fez apontamentos importantes sobre o processo de avaliação da educação no Brasil. “A avaliação deve considerar o rendimento escolar, mas, também, situar as outras variáveis que contribuem para a aprendizagem, tais como: os impactos da desigualdade social e regional na efetivação e consolidação das práticas pedagógicas, os contextos culturais nos quais se realizam os processos de ensino e aprendizagem; a qualificação, os salários e a carreira dos/das professores/as; as condições físicas e de equipamentos das instituições; o tempo de permanência do/da estudante na instituição; a gestão democrática; os projetos político-pedagógicos e planos de desenvolvimento institucionais construídos coletivamente; o atendimento extraturno aos/às

estudantes que necessitam de maior apoio; e o número de estudantes por professor/a em sala de aula, dentre outros, na educação básica e superior, pública e privada. A avaliação deve, ainda, contribuir para a formação e valorização profissional. Deve ter caráter participativo, fundamentado em princípios éticos, democráticos, autônomos e coletivos”, diz o texto, que continua: “Por isso, a efetivação de uma política nacional de avaliação articulada ao subsistema deve ser entendida como processo contínuo e que contribua para o desenvolvimento dos sistemas de ensino, e não para o mero ‘ranqueamento’ e classificação das escolas e instituições educativas – tanto as públicas, quanto as privadas –, e do processo ensino-aprendizagem, resultando em uma educação de qualidade socialmente referenciada”. Como essas questões não entraram em discussão – e sequer constam do Plano Nacional de Educação que tramita no Congresso, que apenas reafirma o papel do Ideb –, o tema deve voltar na 2ª Conae, em 2014.

O que é qualidade da educação?

De acordo com o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, desde a década de 1990, na gestão do ex-ministro da Educação Paulo Renato Souza, o Brasil vem adotando esses processos de avaliação padronizados, que têm o Pisa como referência. Segundo ele, esse modelo parte daquilo que na ciência política se chama de “individualismo metodológico”, ou seja, pressupõe-se que, com o desempenho de um aluno, consegue-se avaliar o conjunto do sistema, desconsiderando o que ele chama de “variáveis ambientais”. “Isso pode até ser cientificamente verdade, dependendo dos pressupostos. O problema é que o desempenho desse aluno está altamente influenciado pelas variáveis ambientais em que ele se coloca e isso precisa estar esclarecido num processo de avaliação que possa ajudar a modelar políticas públicas”, questiona. Procurado pela Poli, o Inep, que coordena o Pisa e a avaliação educacional no Brasil, não teve disponibilidade para uma entrevista.

Mas, no seu site, o instituto informa que o Pisa também “coleta informações para a elaboração de indicadores contextuais, os quais possibilitam relacionar o desempenho dos alunos a variáveis demográficas”. Essa “coleta” é feita a partir de um questionário respondido pelos alunos – além de uma enquete distribuída para os pais que quiserem responder. Essas informações, no entanto, não influenciam a nota dos países no *ranking* mundial – que é o objetivo buscado pelo esforço dos governos. Esses dados, também padronizados, geram novos *rankings* sobre os países em que os alunos mais declaram se sentir bem na escola ou gráficos sobre a expectativa dos pais em relação ao futuro dos filhos, por exemplo.

Na raiz da crítica a esse sistema, está uma discussão sobre o que se considera qualidade da educação. “Ao se preocupar fortemente com o *output*, com o resultado da saída do sistema, com aquilo que se entende que os alunos aprendem, você esquece todo o resto, abandona toda e qualquer perspectiva de educar para a cidadania, para o mundo do trabalho, para o desenvolvimento pessoal e individual”, diz Daniel Cara. O professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Dermeval Saviani lembra que, ao contrário do que tem sido implementado no Brasil, as teorias pedagógicas mostram que a avaliação precisa acompanhar o processo, não pode, portanto, se dar apenas sobre o produto final.

O coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação não nega que as questões que compõem a matriz de avaliação usada pelo Pisa e pelas provas replicadas no Brasil sejam pertinentes, mas não tem dúvidas de que a modelagem das políticas públicas de educação não pode se limitar a elas. “É como naquele clipe do Pink Floyd, em que

os alunos entram numa máquina, são padronizados e perdem totalmente a identidade”, compara. E completa: “Qualquer outro saber de que os alunos precisam é esquecido em benefício de uma matriz de saberes que é importante, mas insuficiente para dar conta do que a gente considera qualidade da educação”, diz Daniel Cara.

Ideb

No caso da educação básica, que corresponde ao maior ciclo da educação escolar, o resultado desse sistema se expressa no Ideb. Para Daniel Cara, o principal problema desse sistema é que ele não tem sido capaz de dar um retrato mais complexo da educação no país, que possa subsidiar mudanças efetivas nas políticas educacionais. “Um sistema de avaliação baseado num índice como o Ideb mostra o que todo mundo sabe: que alunos com pais com melhor situação socioeconômica vão ter um desempenho melhor por conta daquilo que chamamos de ‘efeito família’. Basear um sistema de avaliação nesse índice é cometer um erro enorme porque não vamos descobrir por que algumas escolas não vão bem, por que as escolas com alunos que têm pais com baixa escolaridade ou estão localizadas em bolsões de violência não conseguem aprimorar o seu ensino”, critica, sugerindo: “Não se pergunta, por exemplo, qual o grau de formação dos professores, quais os insumos e infraestrutura de que as escolas dispõem, qual a quantidade de alunos por turma. Ou seja, não se analisam outros elementos que são importantes para se ter um quadro do que precisa ser melhorado para se superar os limites impostos pela baixa escolaridade dos pais e famílias que vivem em situação de vulnerabilidade”. Segundo ele, só com um sistema nacional de avaliação da educação básica que considere elementos como esses será possível identificar onde as políticas públicas devem investir para superar o ponto de partida

dos alunos. “Isso daria maior possibilidade de a educação ser uma política equalizadora, não uma política que perpetua a desigualdade, como é atualmente”, conclui.

Inversão

Mais do que elencar princípios, essa crítica apresenta um diagnóstico: em vez de observar e analisar o quadro da educação no país, os sistemas de avaliação têm determinado as práticas de professores e alunos e as decisões dos governos. “O dia a dia em sala de aula está baseado nos descritores da Prova Brasil”, diz Daniel Cara.

Um exemplo concreto dessa inversão, na leitura de Dermeval Saviani é o aumento do uso dos chamados sistemas de ensino pelas escolas públicas no Brasil. Ele reconhece as denúncias de que a compra de pacotes educacionais privados pode ser uma fonte de desvio de recursos públicos, mas lembra também o argumento que tem sido apresentado por muitos gestores para dispensarem os livros distribuídos gratuitamente pelo MEC. “A justificativa é que, com esses pacotes, eles conseguem aumentar um pontinho no Ideb. Já os livros do MEC não permitem isso, o que é compreensível porque estes são selecionados por critérios das comissões de analistas, que veem a qualidade do livro e não estão preocupados se ele vai ou não auxiliar naquelas provas. Esses pacotes são voltados diretamente para isso porque essas empresas, que se originaram de cursos pré-vestibulares, têm *know how* de treinar para a prova”, diz. Segundo ele, esses pacotes são montados a partir da análise das provas que compõem o sistema de avaliação e já estão sendo criados, inclusive, cursos para treinar os alunos para a Prova Brasil, o Enem [Exame Nacional do Ensino Médio] e o Enade [Exame Nacional de Desempenho de Estudantes]. “Já se tinha clareza de que os cursos pré-vestibulares eram uma excrescência, tanto que as próprias universidades começaram a mudar os vestibulares para escapar desse mecanismo de distorção. Mas agora o chamado sistema de avaliação aplica isso”, denuncia. E completa: “Aquilo que era uma excrescência vira a filosofia da educação, de todo o ensino do país”.

A referência internacional

A correspondência entre o sistema de avaliação da educação que vem sendo implementado no Brasil e um modelo internacional, representado principalmente pelo Pisa, da OCDE, é não apenas consensual como utilizada como argumento para defender essa estrutura, compreendida como um alinhamento aos padrões dos países mais desenvolvidos. Mas o fato é que esse modelo padronizado tem enfrentado críticas ou relativizações também nesses países.

Quando foi diretor da Campanha Global pela Educação, Daniel Cara acompanhou o processo de discussão do Pisa e diz que não havia consenso sobre pontos importantes do modelo que esse sistema de avaliação incentiva. Ele exemplifica: “O grupo escandinavo defendia fortemente que o professor tem que ter carreira, plena estabilidade e ganhar um salário decente. Já Estados Unidos, Inglaterra e Canadá – este um pouco constrangido – defendiam que o professor tinha que ter educação por mérito. Agora, eu pergunto: qual educação tem melhor qualidade, a dos escandinavos ou a dos EUA? Claro que é a dos escandinavos!”. Mas o discurso de ‘modernização’ da educação em diversas iniciativas no Brasil diz o contrário: recentemente, a Finlândia foi exatamente a referência que o prefeito do Rio de Janeiro usou para defender um plano de carreiras que foi criticado pelos profissionais do município, entre outras coisas, por incentivar a meritocracia. “Esse não é o modelo da Finlândia”, garante Daniel Cara, que comple-

ta: “Eles usam o Pisa muito mais como propaganda finlandesa vinculada ao Ministério de Relações Exteriores do que como parte do debate educacional em si”.

Também nos EUA já começam a ganhar espaço pesquisas que põem em xeque a qualidade da formação dos jovens dessa geração que teve uma grande evolução nos exames padronizados. E a maior e mais conhecida crítica a esse modelo que se internacionalizou é o livro ‘Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação’, escrito por Diane Ravitch, ex-secretária adjunta de educação, líder do movimento pela criação de um currículo nacional nos Estados Unidos no governo Bush e indicada por Bill Clinton para a coordenação dos institutos responsáveis pelos testes federais. Em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo em 2010, quando perguntada por que “mudou de ideia” sobre a reforma que ajudou a implementar, ela respondeu: “Eu apoiei as avaliações, o sistema de *accountability* (responsabilização de professores e gestores pelo desempenho dos estudantes) e o programa de escolha por muitos anos, mas as evidências acumuladas nesse período sobre os efeitos de todas essas políticas me fizeram repensar. Não podia mais continuar apoiando essas abordagens. O ensino não melhorou e identificamos apenas muitas fraudes no processo”. Tratando mais especificamente do sistema de avaliação, Diane completou: “Avaliações padronizadas dão uma fotografia instantânea do desempenho. Elas são úteis como informação, mas não devem ser usadas para recompensas e punições, porque, quando as metas são altas, educadores vão encontrar um jeito de aumentar artificialmente as pontuações. Muitos vão passar horas preparando seus alunos para responderem a esses testes, e os alunos não vão aprender os conteúdos exigidos nas disciplinas, eles vão apenas aprender a fazer essas avaliações”. ●

Liberação de agrotóxico sob encomenda expressa

Lei, decreto e uma portaria são publicados com o intuito de acelerar o processo de liberação de agrotóxicos não permitidos no país

Viviane tavares



Matéria publicada no dia 31 de outubro no Valor Econômico mostrou que o governo e a iniciativa privada estavam discutindo de uma reformulação completa do rito de análise, autorização e uso de agrotóxicos no país. O jornal informava ainda que a Casa Civil entrou em discussões que envolvem questões como a pulverização aérea e a importação de defensivos não aprovados no Brasil. Procurada pela Poli, a Casa Civil não quis se pronunciar. No entanto, pouco tempo depois, no dia 4 de novembro, o oeste da Bahia foi declarado em estado de emergência fitossanitária em relação à lagarta *Helicoverpa armigera* pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Para combater a lagarta, no dia 7 de novembro, o Mapa publicou a portaria 1.109, na qual permite a importação da substância benzoato de emamectina, agrotóxico até agora proibido no Brasil.

Esta liberação só foi permitida por conta da lei 12.873/13, de 24 de outubro, e do decreto 8.133, de 28 de outubro de 2013. Ambos preveem a liberação de agrotóxicos ainda não aprovados no Brasil e o uso dessas substâncias para finalidade diferente daquela aprovada anteriormente, em situações de emergência fitossanitária ou zoossanitária, como o caso apontado acima, que aconteceu uma semana depois. Estas iniciativas foram motivos de preocupação de diversas entidades, entre elas, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia e Agência Nacional da Vigilância Sanitária (Anvisa).

A lei 12.873/13, que levou apenas um mês para tramitar no Congresso e ter sanção presidencial, traz três artigos que legislam sobre o poder do Executivo em declarar estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária e do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), do Ministério da Agricultura, em anuir com a importação e conceder autorização emergencial temporária de produção, distribuição, comercialização e uso de agrotóxicos, quando declarado este estado. O decreto 8.133/13, que regulamenta o artigo 53 da lei, por sua vez, determina que a declaração de estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária pode ser feita pelo Mapa, quando, segundo o texto, "for constatada situação epidemiológica que indique risco iminente de introdução de doença exótica ou praga quarentenária ausente no País, ou haja risco de surto ou epidemia de doença ou praga agropecuária já existente".

O deputado federal Valdir Colatto (PMDB/SC), líder da Frente Parlamentar da Agropecuária, explica que a intenção é evitar prejuízos como os contabilizados no ano passado, que, segundo ele, somaram R\$ 10 bilhões. "Esse ano estamos com plantio de novo e sofremos o risco de multiplicar esse prejuízo, a não ser importando um produto aprovado lá fora e que se possa aplicar com alguma segurança possível para que a gente possa controlar as pragas em situação de emergência", explica o deputado.

Flávia Londres, uma das coordenadoras da AS-PTA, contesta: "Estamos falando de colocar em perigo a saúde humana e ambiental em benefício de um grupo de empresas que plantam soja, milho e algodão para exportação. Não estamos falando de riscos de falta de suprimento para alimentar o país", lembra.

Emergência?

O chefe da divisão da Inspeção e Fiscalização de Insumos Agrícolas do Mapa, Luis Rangel, alega que estas iniciativas foram acordadas junto à Empresa Brasileira de

Pesquisa Agropecuária (Embrapa). "A regulamentação foi amplamente discutida com os Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente e só agiremos desta forma em caso de emergência. O Mapa vai fazer uma avaliação criteriosa dos casos, não talvez com a profundidade de uma avaliação completa de registro – nem se esperaria isso, já que estamos falando de uma medida emergencial – mas baseado em parâmetros internacionais e em países com os quais o Brasil tem uma equivalência em termos de legislação", explica. Os agrotóxicos importados deverão ser aprovados em países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que adotem, nos respectivos âmbitos, o *International Code of Conduct on the Distribution and Use of Pesticides* da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

A avaliação da AS-PTA é de que o decreto estabelece poucos critérios e nenhum parâmetro objetivo para a determinação, pelo Mapa, de uma situação de emergência. O texto apresenta ainda que o estado de emergência terá duração de um ano, mas poderá ser prorrogado, por igual período, quando for necessário. "O temporário pode facilmente se tornar permanente", avalia Flávia Londres.

Para Luis Rangel, a falta de clareza é uma estratégia que leva em consideração diferentes cenários que podem simbolizar o caráter de emergência. "Deixar critérios claros em situação de emergência e com legislações tão complexas como lei e decreto não é uma estratégia muito inteligente. Para evitar o anseio dos movimentos sociais de que o Mapa utilize isso de maneira indevida, estamos equilibrando nossas ações quando trabalhamos em parceria com a Embrapa, que tratou das questões técnicas e científicas que embasaram todos os critérios para a determinação da emergência", explica, acrescentando: "Os agrotóxicos não são o fim dessas estratégias, eles são uma ferramenta para um grande plano de emergência", explica.

Contexto maior

Para o professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) André Burigo, o que chama a atenção, além da tramitação dessas legislações em tempo recorde, é que, nesse mesmo período, outras iniciativas estão em andamento. "Estamos vivendo um momento de hegemonia muito forte do agronegócio. E o governo federal tem feito esforços, inclusive, para reforçar essa hegemonia, tendo em vista o tamanho dos investimentos em grandes obras comprometidas em escoar a produção e na manutenção da isenção fiscal para comercialização de agrotóxicos no nosso país", avalia.

André aponta ainda como um dos grandes indícios da parceria entre o governo e o agronegócio a ida da senadora Kátia Abreu para o PMDB, principal aliado do governo atualmente. "Hoje na TV podemos ver propagandas seja do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal falando do crédito ao agronegócio. Os bancos públicos viabilizando agronegócio e com propaganda na mídia, tentando passar uma imagem positiva o tempo inteiro. Isso está muito presente e, sem dúvida, tem uma relação forte com as estratégias de disputas eleitorais", denuncia.

O deputado Valdir Colatto (PMDB/SC) confirma que há pressão por parte da Frente Parlamentar da Agropecuária sobre o governo, e que o decreto recentemente aprovado é resultado deste movimento. "Nós temos uma legislação ainda muito antiga e estamos buscando modernizar. E é isso que estamos propondo, por meio da bancada ruralista. Queremos melhorar e agilizar a tramitação de registro, ou seja, buscar produtos que estão sendo usados por outros países, não precisando fazer testes de análise destes produtos tudo de novo. Não acredito que os pesquisadores do Brasil sejam mais espertos que os de lá de fora. Com o tempo que perdemos fazendo estes testes, estamos perdendo a concorrência", explica Collato.

De acordo com a diretora de assuntos regulatórios e internacionais do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal

(Sindiveg), Silvia Toledo, a Frente Parlamentar, a Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) contam com uma agenda legislativa da indústria, que descreve os projetos do setor. A aprovação da lei 12.873/13 e do decreto 8.133/13, que ela avalia como muito importantes para o desenvolvimento dessa área, fazem parte desta agenda. "Isso permitirá uma maior proteção da produção brasileira e da competitividade", informa.

Fernando Carneiro, do Grupo de Trabalho de Saúde e Meio Ambiente da Abrasco, informa que ainda há enorme discrepância entre o investimento da agricultura familiar e o agronegócio. "Eu comparo o agronegócio brasileiro a um gigante de pés de barro. Hoje o agricultor gasta de 30% a 40% de seus recursos com agrotóxicos e ainda paga *royalties* de sementes transgênicas. Cada vez a agricultura está mais dependente de empresas transnacionais, num modelo em que o agricultor vira refém dessa lógica. O agronegócio recebe fartos financiamentos públicos – de R\$ 50 bilhões a R\$ 70 bilhões por ano de financiamento –, enquanto a agricultura familiar fica na casa dos R\$ 10 bilhões", analisa e relembra: "E isso não tem explicação lógica. O mito de que o agronegócio alimenta o Brasil é mentira. As áreas de produção de arroz e feijão têm diminuído e as de soja subiram 55% nos últimos anos. A cana, a soja e o algodão têm disputado áreas que eram preenchidas antes com arroz e feijão; e estas produções são basicamente para exportação, para servir de ração para os animais chineses, não é para acabar com a fome. O que acaba com a fome são políticas de desenvolvimento justas", reflete Fernando Carneiro.

Ataques à Anvisa

Atualmente, existem no Brasil a lei 7.802/89, que prevê a pesquisa, comercialização, uso, entre outras questões sobre o agrotóxico, e o decreto 4.074/12, que regulamenta a lei. Por meio deles, o trâ-

mite para a aprovação de uso de algum tipo de agrotóxico no país deve passar por uma avaliação da Anvisa – sobre riscos à saúde humana –, do Ibama – sobre riscos à saúde do meio ambiente –, além do Ministério da Agricultura.

Destes três, a Anvisa é a que mais vem sendo atacada. "A nossa burocracia é muito lenta. Levamos quase dez anos para registrar um produto. Quando a Anvisa começou a fazer a avaliação destes produtos, as coisas não andaram mais. Em todo mundo, isto é competência do Ministério da Agricultura. Quando o produto está no mercado, aí sim que deveria ser competência da agência de vigilância sanitária avaliar se está dentro dos padrões, se tem excesso. Agora, antecipar essa avaliação, colocar entraves baseados em possíveis problemas, é um atraso. A realidade é: você planta ou não planta, colhe ou não colhe, e a Anvisa burocratizou esse processo e trouxe um caos para o setor produtivo. Isso não quer dizer que os cuidados não sejam feitos para que as pessoas não façam mau uso do produto ou uso indevido. É preciso orientar, ter cuidados. Se você faz mau do sal, do açúcar ou qualquer remédio, ele também não vai fazer bem à saúde", diz o deputado Valdir Colatto.

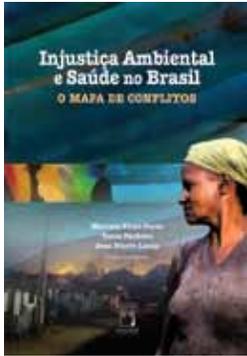
Luis Claudio Meirelles, ex-gerente-geral de toxicologia da Anvisa, discorda: "É preciso entender a responsabilidade que é liberar um produto, porque uma vez liberado, as pessoas vão consumi-lo. Não adianta depois ficar só contando as vítimas. Outro fator de grande importância é saber resistir à pressão das empresas", diz, acrescentando que os ataques do governo à agência vêm de muito tempo. Um dos mais recentes e emblemáticos foi a sua saída da agência, após denunciar irregularidades na aprovação de determinados agrotóxicos que ainda estavam sob análise.

Cléber Folgado, coordenador da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos, enumerou também outras formas de ataques à Anvisa, como o pequeno número de trabalhadores ligados à avaliação toxicológica. "Hoje a Agência tem cerca de 20 funcionários que estão responsáveis para tratar da área de liberação, registro e fiscalização de agrotóxico no Brasil inteiro. Ou seja, olhando para o tamanho do nosso mercado, que é o maior consumidor de agrotóxico do mundo, com 5,2 litros de agrotóxico por pessoa ao ano, é inadmissível que a agência possa atuar com esse número reduzido de pessoas. Vale lembrar também que a Anvisa vem sendo conduzida de forma a garantir os interesses do mercado do agrotóxico", denuncia.

Em nota, a Anvisa declarou que a aprovação do decreto 8.133, de 28 de outubro de 2013, é apenas um aperfeiçoamento do arcabouço jurídico, sem gerar qualquer fragilidade no controle realizado pela Agência e pelo Ministério do Meio Ambiente, mas ressaltou certa preocupação: "A Anvisa considera perigoso que parlamentares que representam seus próprios interesses, ou mesmo das empresas produtoras de agrotóxicos, propaguem suas intenções de redução do rigor no controle de agrotóxicos como algo benéfico. Os elevados níveis de riscos associados ao uso desses produtos justificam a necessidade do rigoroso controle pelo Estado dos seus efeitos no meio ambiente e na saúde dos consumidores brasileiros", informa a nota.

Indícios não faltam de que, mais do que uma decisão produtiva, a regulação dos agrotóxicos é uma questão de saúde pública. No início de 2013, por exemplo, os moradores do município de Rio Verde, em Goiás, presenciaram um trágico episódio: um avião pulverizou uma escola e intoxicou dezenas de crianças e funcionários. Movimentos sociais afirmam que este não foi um fato isolado e não pode ser chamado de acidente. Outro episódio recente foi o de Lucas do Rio Verde (MT), que por meio da pulverização de avião foi contaminado a água da chuva, rios, e até leite materno. Em 2012, no mês de dezembro, indígenas Xavantes denunciaram despejo de agrotóxico próximo à Terra Indígena (TI) Marãwaitsédé, quando a tribo relatou dores de cabeça e febre alta após a ação. "Um pesquisa recente no Paraná apontou que para cada um dólar gasto com agrotóxico, pelo SUS se gasta 1,28 dólar para cuidar dos problemas de intoxicação aguda, que nem são os piores; os piores são as intoxicações crônicas", relembra Cléber Folgado. ●

Uma importante contribuição na luta por Justiça Ambiental e Saúde



Recém-lançado, o livro 'Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos' traz análises – de método e conteúdo, assim como de potencialidades e desafios – de um projeto ousado, criativo, solidário, competente e comprometido com as lutas pró-justiça socioambiental desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pela Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase): o Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, disponível desde 2010 em www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br.

Já nas primeiras páginas do livro se resgata a história do projeto do Mapa, que guarda relação intrínseca com a constituição dos movimentos por justiça ambiental no Brasil e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) a partir de 2002. Esses movimentos surgem das comunidades impactadas com o avanço do modelo de desenvolvimento hegemônico que, junto com grupos solidários a elas, resistem, mobilizam e se organizam. Muitas vezes induzido pelo Estado brasileiro, seja através da instalação ou expansão de empreendimentos que contam com o incentivo direto ou através de diferentes políticas públicas, esse modelo guarda como características principais uma situação de injustiça ambiental: concentração de renda e de poder; exploração insustentável dos recursos naturais; e autoritarismo na tomada de decisão sobre o uso dos territórios, não envolvendo as comunidades que ali vivem, relacionando-se com a violação de direitos humanos dessas populações e contribuindo com suas diferentes consequências na saúde.

A insustentabilidade do modelo de desenvolvimento econômico, político e cultural dominante no Brasil e no mundo, dizem os organizadores do livro, mostra a gravidade da crise civilizatória que vivemos. A resistência também se constitui na construção de relações sociais solidárias, que passam por outros valores filosóficos, éticos e epistemológicos. É nesse contexto que o Mapa se insere enquanto ferramenta que apoia as ações dos movimentos que fazem parte da RBJA.

Ao identificar, sistematizar e tornar públicos os conflitos ambientais, explicitando os diferentes tipos de impactos envolvidos, o Mapa contribui tirando da invisibilidade os grupos que têm suas vidas ameaçadas nos territórios. Em outras palavras, se combate a política de ocultamento dos impactos do modelo de desenvolvimento. E isso é estratégico para reduzir a vulnerabilidade das populações atingidas e fortalecer os processos de resistência e luta por justiça ambiental. Por outro lado, o modo de construção dessas sistematizações e alimentação do Mapa enfrenta o desafio da construção de uma ciência comprometida com os interesses das populações mais vulneráveis, uma ciência cidadã, engajada, militante.

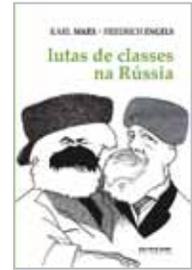
O livro parte do Mapa e avança, trazendo diferentes contribuições que têm como temas centrais “os conflitos ambientais, os movimentos por justiça ambiental e sua relevância para o campo da saúde pública”. Contribui de forma diferenciada e engajada para o entendimento dos impactos do modelo de desenvolvimento em curso, e de que tipo de desenvolvimento é esse, num processo em que categorias como “território”, “atingidos” e “direitos humanos” são centrais.

Ao mesmo tempo que o livro apresenta um conjunto de análises a partir do Mapa, as reflexões apresentadas convidam o leitor que já conhece o projeto a uma nova pesquisa/leitura. O livro é coerente com o desafio de (re)conhecer as injustiças e ao mesmo tempo contribuir para o processo de organização, mobilização e transformação, tanto por parte daqueles que diretamente são atingidos, quanto pela sociedade em geral. ●

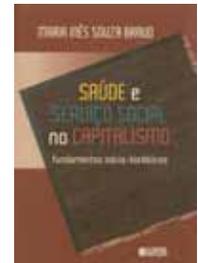
Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos. Marcelo Firpo Porto, Tania Pacheco, Jean Pierre Leroy (orgs.). Editora Fiocruz, 2013.

Por **André Burigo**, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz)

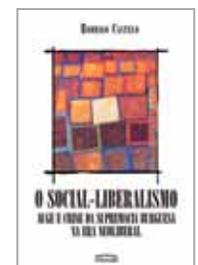
PUBLICAÇÕES



Lutas de classes na Rússia
Karl Marx e Friedrich Engels
Boitempo, 2013, 168p.



Saúde e serviço social no capitalismo: fundamentos sócio-históricos
Maria Inês Souza Bravo
Cortez, 2013, 192p.



O Social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal
Rodrigo Castelo
Expressão Popular, 2013, 400 p.

VIOLÊNCIA DE ESTADO

“Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados”. Assim Euclides da Cunha narra, no clássico ‘Os Sertões’, os últimos momentos do arraial de Canudos, comunidade formada no final do século 19 no interior da Bahia, que, sob a liderança do beato Antonio Conselheiro, chegou a reunir em torno de 25 mil pessoas em uma comunidade que produzia seus próprios meios de subsistência em uma região dominada por latifúndios improdutivos. O fim desta história você deve conhecer: o governo federal mobilizou forças do Exército para acabar com o movimento, exterminando toda a população do arraial, num dos exemplos mais brutais de violência cometidos pelo Estado brasileiro.

Canudos também deixou como legado o nome das comunidades que, desde então, mais sofrem com a violência do Estado brasileiro, representado principalmente pela polícia: as favelas. Esse foi o nome que os soldados republicanos que destruíram Canudos deram para as comunidades formadas por eles nos topos dos morros do Rio de Janeiro. Era uma “homenagem” a uma planta comum na região de Canudos, onde inclusive havia um morro com esse nome onde foram travadas batalhas durante o conflito.

E 116 anos após o episódio de Canudos, é difícil pensar em favela sem falar da violência com que o Estado brasileiro age contra as camadas mais pobres da população, especialmente por meio de suas

forças policiais. O caso do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza é emblemático: detido por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na favela carioca da Rocinha em julho, ele foi levado para a sede da UPP, e, depois de ser torturado, foi morto por policiais, que sumiram com o corpo, até hoje não encontrado. As investigações acabaram por implicar 25 policiais da UPP. Para o professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Ignacio Cano, o caso aponta para uma questão que, mais do que um simples desvio de conduta de alguns policiais, é um problema sistêmico da polícia no Brasil. “Ela não foi criada para proteger a população, e sim para preservar o Estado e proteger a elite do resto da população”, afirma. Ele lembra que, embora a comoção pela morte de Amarildo tenha sido amplificada pelo contexto em que ocorreu, marcado por manifestações reprimidas também de forma truculenta pela polícia, essa sempre foi a maneira como a polícia agiu nas favelas e periferias das grandes cidades brasileiras. “As classes médias estão reclamando que a polícia é truculenta, querendo desmilitarizar a polícia militar. Acho ótimo, muito compreensível. O que eu acho lastimável é que o que acontece nas periferias não tenha produzido reação minimamente equivalente”, critica. Para Ignacio, o Estado brasileiro foi fundado com base na violência de alguns grupos contra outros. “E os aparatos do Estado ainda contam com a violência para exercer o controle social, não há dúvida sobre isso. Há uma tradição de perseguição de determinados grupos que são considerados perigosos”, explica, ressaltando que hoje esse contingente é representado principalmente pelos jovens negros e pobres moradores das favelas e periferias urbanas. “O que acontece nas periferias é que a polícia entra atirando em pessoas e o próprio secretário de segurança do Rio de Janeiro, por exemplo, já declarou que uma coisa era uma morte no [Complexo do] Alemão outra era em Copacabana. Aí você vê os resquícios de um Estado oligárquico, que trata as populações de forma diferente conforme sua posição na pirâmide social”, diz.

Pseudolegalidade

O presidente do Instituto de Defensores dos Direitos Humanos (DDH), João Tancredo, que representa a família de Amarildo Souza judicialmente, ressalta que, embora a violência dos aparatos do Estado atinja as parcelas pobres da população de forma mais brutal, a repressão policial às manifestações mostrou que todos estão sujeitos a ter seus direitos violados pelo Estado. “Eu não consegui ver em todas essas prisões que ocorreram nas manifestações até hoje uma única que tenha qualquer caráter de legalidade. A polícia recolhe as pessoas, faz autuações das mais absurdas: primeiro autuavam por desordem, só que aí tem que soltar imediatamente; depois por dano ao patrimônio privado, que precisa de representação de quem sofreu o prejuízo, e como não tem representação, tem que soltar de novo. Eles não poderiam nem ter prendido. Aí começam a inventar acusações, como a aplicação de uma lei de organização criminosa que foi criada para punir e prender milicianos, e hoje é aplicada contra manifestantes, porque isso implica penas acima de quatro anos e a impossibilidade de fixação de fiança”, diz. Ele ressalta que a maior parte das autuações em manifestações foram feitas somente com base no depoimento de policiais. “A qualquer momento podemos sofrer violação por conta deste Estado de terror. É difícil travar uma luta. Na luta contra a ditadura se

conhecia o inimigo, era a tortura, os militares. Já as barbáries praticadas na democracia são difíceis de combater, porque se age em nome de uma pseudolegalidade”, analisa.

No caso das periferias pobres, essa “pseudolegalidade” se reveste de um discurso de “guerra” ao tráfico de drogas e à criminalidade. Mas os dados mostram que essa guerra não tem dois lados. A pesquisa ‘Autos de resistência: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011)’, coordenada pelo professor Michel Misse, do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Necvu/UFRJ), aponta que 10 mil pessoas foram mortas em confronto com a polícia no estado do Rio de Janeiro no período estudado, números que colocam a polícia fluminense no topo do *ranking* das mais violentas do mundo. Para efeito de comparação, nos Estados Unidos, cerca de 300 pessoas são mortas anualmente em confronto com a polícia, numa população de 300 milhões, o que corresponde a uma morte a cada 1 milhão de habitantes. No estado do Rio, entre 2001 e 2011, esse número foi de mil mortes anuais para uma população de 16 milhões, uma morte a cada 16 mil habitantes. A pesquisa aponta que o número contrasta com o de policiais mortos durante os confrontos. Em 2008, por exemplo, houve 1137 vítimas de autos de resistência – registro feito pela polícia no caso de mortes de civis supostamente em confronto com policiais – e 26 policiais mortos em serviço. Para cada policial morto, portanto, houve 43,7 civis mortos. A pesquisa também mostra que a esmagadora maioria dos casos nem chegam a ser investigados: dados de 2005 dão conta que 99,2% dos inquéritos de autos de resistência instaurados no Estado foram arquivados pelo Ministério Público.

Função da violência

Para João Tancredo, os números não surpreendem. “Antes do

Amarildo, 22 pessoas, menores de idade, passaram pela UPP da Rocinha e foram torturadas da mesma maneira. Só que aí o garoto chegava na frente do juiz, do promotor, contava isso e ninguém dava a mínima para ele. É o Estado sendo omissivo e aceitando esse tipo de política”, diz, complementando: “A prisão está lotada, a maior parte de negros e pobres com idade média de 25 anos, e a reincidência é de mais de 70%. Esse chamado traficante das favelas é consequência de um sistema falido, de falta de oportunidades, condições, de emprego, falta de tudo. Nesse contexto, a violência de Estado cumpre uma função”.

Marildo Menegat, professor da Escola de Serviço Social da UFRJ resalta que a violência é uma marca do Estado capitalista, e enxerga uma tendência de aumento de seu uso nas últimas décadas. Ele explica: “Na história do capitalismo, o que impressionava os primeiros teóricos do Estado era que a dialética de coerção e consenso ia cada vez mais se deslocando para o consenso. No século 18, você tem mais ou menos formadas as dinâmicas fundamentais que fazem essa sociedade se reproduzir e o sistema de necessidades da sociedade burguesa vai funcionar como essa coerção invisível. A sociedade burguesa usava a violência como momento de exceção, a violência extraeconômica nela era pouco comum”, resgata Menegat. Isso muda, segundo ele, a partir do momento em que a expansão do capitalismo fica estagnada, a partir da década de 1970. “Aí já se tinham conquistado os mercados do mundo inteiro, submetidos a um largo processo de valorização do capital. A partir daí o capitalismo começa a entrar numa fadiga de expansão. Numa época em que se depara com esse limite você só consegue manter essa sociedade naquele nível de convencimento que tinha se estruturado no período clássico usando com frequência a violência”, contextualiza. Sintoma disso é o inchaço do aparato repressor do Estado no período, segundo Menegat. “Hoje temos no Rio de Janeiro 60 mil policiais. Temos quase mais policiais por habitante do que professores por estudante em sala de aula. A administração cotidiana de uma sociedade em processo de colapso só pode se dar mesmo com uma violência permanente, e o Estado só fica em pé por causa dessa violência”, avalia.

Fernanda Vieira, advogada do Centro de Assessoria Jurídica Mariana Criola, se vale do sociólogo francês Lóïc Wacquant para analisar o quadro descrito por Menegat. Segundo Wacquant, o desmantelamento das redes de proteção social do Estado na Europa e nos Estados Unidos, aliado à desregulamentação da economia sob o neoliberalismo, teve como contrapartida um endurecimento do poder punitivo do Estado para lidar com o que chama de desordens causadas pelo desemprego em massa, imposição de salários precários e diminuição da proteção social, o que teve como uma das consequências o aumento expressivo da população carcerária a partir da década de 1970. “Isso que o Wacquant está discutindo nos Estados Unidos, nós temos aqui; o Brasil é a quarta população carcerária do mundo. Em 2036, se forem mantidos esses percentuais anuais de crescimento, será o primeiro”, indica Fernanda, complementando: “Esse processo é mais selvagem aqui, porque não tivemos rede de seguridade social, ela foi sempre ínfima. Não é a toa que existem índices de extermínio gigantesco. A eliminação de determinados setores sociais, principalmente jovens negros, por parte de setores da segurança, faz parte de um processo muito mais selvagem do que, por exemplo, na Europa, onde o fato de você ter tido uma estrutura de segurança social muito mais demarcada produz mais refreios do que aqui. Essa é uma peculiaridade do nosso barbarismo. É mais selvagem ainda nessa perspectiva porque tem uma naturalização do processo de eliminação dos pobres”. ●

André Antunes